

Capítulo 8

O catolicismo português e o debate sobre o desenvolvimento económico na década de 1960

Introdução

Com este texto, pretendemos uma abordagem exploratória sobre o impacto que a discussão sobre o desenvolvimento económico assumiu no catolicismo português ao longo da década de 1960. Trata-se de uma questão que assume uma importância crescente naquele espaço social numa fase avançada relativamente ao pós-guerra. O nosso objetivo consiste numa avaliação sobre a perceção dos contornos gerais do debate sobre o desenvolvimento, as condições estruturais para a sua realização, os recursos utilizados e as posições dos principais intervenientes. Não se trata somente de um problema que ocupou, desde finais de 1950, as elites portuguesas, incluindo economistas, decisores políticos e também alguns grupos de católicos. No período em apreço, a discussão sobre o desenvolvimento, os seus pressupostos, dimensões, implicações e um vasto conjunto de temas associados foi amplamente promovida por setores católicos, com a adoção de posições específicas, incluindo a realização de encontros de estudo e a difusão de abordagens e diferentes vertentes do problema.

As dimensões do desenvolvimento não são puramente económicas. Para além do crescimento económico e da sua distribuição,

as condições sociais de realização, as transformações provocadas, a educação ou a cultura são vertentes centrais nas abordagens do fenómeno. A noção do subdesenvolvimento constitui uma perspetiva correlativa, assim como a difusão de uma perceção generalizada, no período em análise, da necessidade de políticas económicas destinadas a promover alterações estruturais no sentido do desenvolvimento.¹

Numa perspetiva memorialística, Adérito Sedas Nunes, um dos atores a ponderar neste texto, situa o seu percurso e as instituições científicas em cuja modelação se envolveu no cruzamento entre duas gerações com interesses convergentes. De um lado, antigos membros da Juventude Universitária Católica (JUC) que concluíram a formação académica nos anos 1950 e, de outro, um grupo de jovens engenheiros formados no Instituto Superior Técnico e sem relação abrangente com as organizações e associações católicas. Em comum, estas duas gerações fizeram do desenvolvimento «a palavra-chave e a ideia central do seu discurso social». Para os dois grupos, desprovidos de uma estratégia política consolidada, o desenvolvimento económico era o ponto de partida, mas o crescimento da economia teria de ser acompanhado de «maior igualdade social, sindicalismo livre, liberdades públicas, instituições democráticas e aumento e difusão da cultura». Numa ótica conceptual e discursiva, eram «desenvolvimentistas», mas, sobretudo, eram «modernizadores».²

São estas duas gerações que constituem o ponto fulcral deste texto, ainda que a atenção recaia de modo particular sobre o grupo de matriz católica que termina a formação universitária na década de 1950 e inicia de imediato o seu percurso profissional, na academia, nos centros de investigação e nos gabinetes técnicos que se situavam na esfera da administração do Estado. O perfil social dos seus membros e as ideias que expuseram são o objeto central que pretendemos estudar. Para o efeito, recolhemos um conjunto de expressões públicas, em obras impressas e em jornais e revistas, que foram produzidas em torno do desenvolvimento nos anos 1950 e 1960 e que constituem o conjunto de dados em análise. Sem

¹ João Ferreira do Amaral, «Desenvolvimento económico», in: *Dicionário de História de Portugal*, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 7 (Lisboa: Figueirinhas, 1999), 509-518.

² Adérito Sedas Nunes, «Histórias, uma história e a História. Sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal», *Análise Social*, 100 (1988): 52.

efetuarmos pesquisa de documentos de arquivo (correspondência, atas, relatórios ou estudos inéditos), valorizamos as afirmações dos autores que obtiveram inequívoca intenção de circulação e crítica alargadas em torno de problemas associados ao desenvolvimento económico.

O texto divide-se em cinco secções. Num primeiro momento, procedemos a uma observação quantitativa sobre a discussão pública sobre o desenvolvimento. De seguida, ensaiaremos uma análise do perfil social e político dos principais intervenientes nesse debate. Num terceiro momento, tentaremos justificar a importância crescente que a discussão obteve no catolicismo português de 1960. Depois, faremos uma breve caracterização, em termos gerais, das direcções assumidas pelo debate, incluindo os principais subtópicos, os temas correlativos, as dimensões exploradas e os argumentos invocados. A concluir, centramos a atenção nas repercussões e na intencionalidade subjacente ao quadro geral que foi traçado.

O debate público

A primeira questão a tratar consiste no debate público sobre desenvolvimento económico em Portugal na década de 1960. Um dos atores cuja atuação iremos ter em consideração, Francisco Pereira de Moura, era bem claro a respeito da centralidade do tema. Da comparação entre os conteúdos dos jornais, das revistas especializadas e dos livros de 1960 com aqueles que tinham sido produzidos nas décadas anteriores, resultava a novidade do problema do desenvolvimento, tanto nas notícias, nos discursos políticos, nos artigos teóricos, nos documentos oficiais ou nas reportagens de assembleias internacionais. A moeda, a procura e a oferta e as políticas de emprego, problemáticas comuns no campo da economia ao longo dos anos 1930 e 1940, tinham sido substituídas pelo desenvolvimento. As suas finalidades e a sua integração nos objetivos dos planos de fomento, não apenas em Portugal, mas também em organizações internacionais, eram uma constante nas agendas de economistas e de decisores políticos.³

³ Francisco Pereira de Moura, *Problemas Fundamentais da Economia* (Lisboa: A. M. Teixeira, 1962), 203-204.

Para analisar o debate sobre o desenvolvimento económico na década de 1960, procurámos indagar o lugar relativo que aquele tema mereceu na opinião pública. Uma breve recolha no *Jornal do Comércio* no ano 1965 revelou que estava longe de ser um problema que merecesse um tratamento exaustivo ou que justificasse uma discussão recorrente. O problema nem sequer implicava o recurso a diferentes produtores de opinião. As explicações para um reduzido espaço remetem para as características das elites com expressão pública durante a ditadura, o regime de censura sobre a imprensa e o sistema de autocensura que vigorava entre as direções editoriais e os jornalistas que compunham as redações.

Um segundo ensaio de recolha de dados que permitissem caracterizar o debate público sobre o desenvolvimento económico na década de 1960 consistiu numa recolha de textos com base em fontes indiretas do período. O objetivo consistiu na localização de obras impressas e de artigos de fundo em periódicos, recorrendo a compilações de títulos realizadas pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e pelo Instituto Nacional de Estatística.⁴ Identificámos 104 obras, 182 artigos em revistas especializadas e 93 textos na imprensa nacional e regional dos anos 1950 e 1960 onde a expressão «desenvolvimento económico» constava do respetivo título. Excluímos noções próximas, se isoladas do objeto central, como são os casos de fomento, planeamento, expansão, crescimento, progresso, modernização, cooperação, investimento ou integração económica. Também não registámos dimensões setoriais, como desenvolvimento da agricultura ou da indústria, mas somente a relação entre estas áreas e «o desenvolvimento económico». Foi esta a expressão ou a palavra-chave constante do título de obra ou artigo que procurámos localizar.

A seleção que efetuámos não corresponde a um universo exaustivo de textos. Entre os artigos publicados nos jornais, nacionais e regionais, diários e semanários, não estão incluídas notícias, tendencialmente neutras e centradas na atualidade, mas somente editoriais, colunas de opinião ou notas de fundo, mesmo que em secções temáticas e regulares. O universo selecionado contém, portanto, 379 textos, na sua maioria fixados em revistas editadas por entidades universitárias, organismos da administração pública

⁴ Amaro B. Guerreiro, coord., *Bibliografia sobre a Economia Portuguesa 1948-1972* (Lisboa: Centro de Estudos Económicos, 1958-1976).

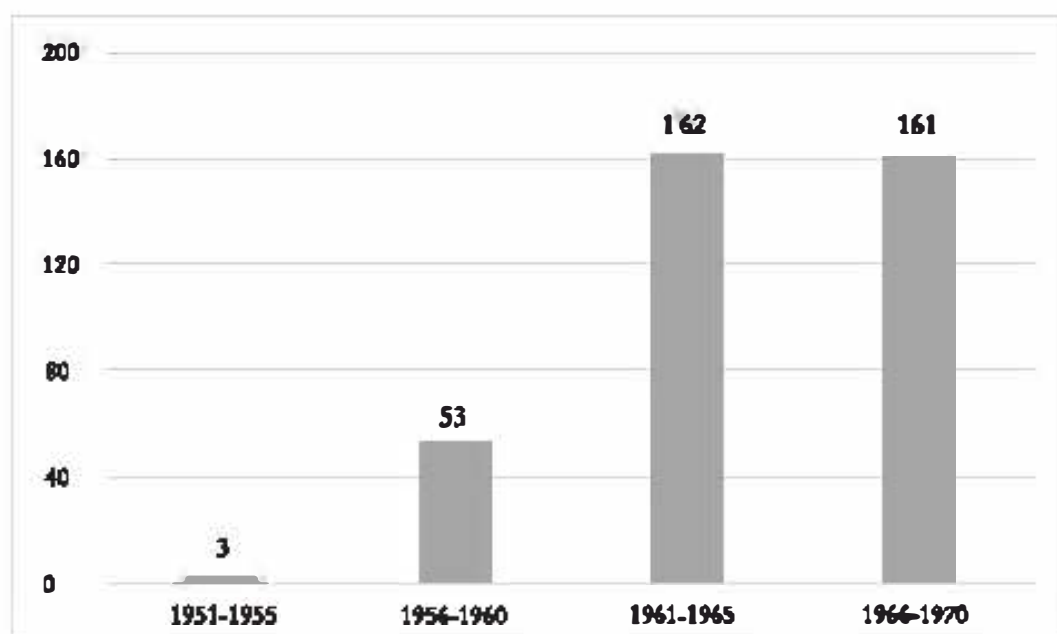
e organizações ou instituições da sociedade civil. Se considerarmos também as obras, predominantemente da autoria de académicos, quando não mesmo em editoras situadas nesse campo, verificamos que se tratava de matérias sobretudo produzidas a partir de unidades de investigação universitária, com baixa capacidade de penetração no reduzido universo mediático da ditadura.

Numa idêntica recolha com base nas mesmas fontes indiretas, registámos, para o mesmo período, 156 trabalhos sobre salários, 81 sobre casas do povo e 74 sobre sindicalismo. Em termos comparativos, o desenvolvimento económico mereceu, nas décadas de 1950 e 1960, um maior interesse que estes temas na articulação verificada, num regime de censura, entre responsáveis editoriais, autores e público.

Como o conjunto de textos em periódicos foi fixado com recurso a fontes indiretas, não podemos assegurar a sua exaustividade, mas as origens uniformes permitem-nos considerar tratar-se de um elenco coerente, em função da estabilidade dos critérios de seleção que se verificou no período. Além de estar focada no título e não ter abrangido o conteúdo, a recolha assentou numa fonte indireta. No entanto, a origem dos dados possui uniformidade ao longo do tempo, pelo que podemos assumir que os textos obtidos constituem uma amostra dotada da consistência necessária para os objetivos da análise. Na distribuição no tempo destes textos (gráfico n.º 8.1), é inequívoco o incremento que se verifica no início de 1960 e se mantém até final da década.

Contudo, os primeiros textos foram recolhidos precisamente em diários nacionais: *Jornal do Comércio*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *Diário Ilustrado*. Somente em 1957, surgem os primeiros trabalhos em revistas produzidas no espaço universitário, caso de *Análise Económica* (Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, ISCEF), mas também na esfera da administração pública, como a *Revista do Centro de Estudos Económicos* (Instituto Nacional de Estatística, INE). No ano seguinte, o campo é alargado, com artigos em periódicos especializados, casos de *Atividades Económicas* e *Jornal Português de Economia & Finanças*, e também em publicações onde pontificavam académicos, como a *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, e atores provenientes de setores de oposição ao regime, no caso da *Revista de Economia*.

Gráfico 8.1 – Textos sobre desenvolvimento económico no espaço público português (1951-1970)



Fonte: BPP, 1951-1971; Guerreiro (1958-1976).

Entre os periódicos que mais vezes trataram a questão do desenvolvimento (gráfico n.º 8.1) avultam ainda outras revistas científicas, publicadas no ISCEF, como *Economia e Finanças* e *Análise Social*, ou no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, como *Estudos Políticos e Sociais*. Mas é notório que esta problemática extravasava a academia e merecia abordagens em periódicos de organizações da sociedade civil, de cariz empresarial (*Indústria Portuguesa*, órgão da Associação Industrial Portuguesa) ou de ideários situados em diferentes quadrantes (*Brotéria*, dos jesuítas, *O Tempo e o Modo*, de um grupo de católicos apelidados como progressistas, e *Seara Nova*, da oposição democrática).

Entre os 14 periódicos que publicaram cinco ou mais artigos sobre desenvolvimento económico estão concentrados 40% do conjunto de textos reunidos. A visibilidade do problema no debate público e a intensidade da discussão resultou, sobretudo, de um conjunto restrito de jornais e revistas especializadas. Só as publicações regulares do ISCEF proporcionaram 45 artigos, podendo ainda somar-se mais uma dezena de obras autonomamente publicadas.

Quadro 8.2 – Periódicos com cinco ou mais textos sobre desenvolvimento económico (1951-1970), por anos

| | Total | 1951-1955 | 1956-1960 | 1961-1965 | 1966-1970 |
|---|-------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Análise Social | 29 | – | – | 14 | 15 |
| Brotéria | 28 | 0 | 1 | 6 | 21 |
| Jornal do Comércio | 15 | 1 | 2 | 4 | 9 |
| Indústria Portuguesa | 12 | 0 | 2 | 8 | 2 |
| Análise Económica | 9 | – | 3 | 2 | 4 |
| O Tempo e o Modo | 9 | – | – | 7 | 2 |
| Diário de Lisboa | 9 | 2 | 2 | 3 | 2 |
| Diário Popular | 9 | 0 | 1 | 2 | 6 |
| Estudos Políticos e Sociais | 6 | – | – | 5 | 1 |
| Economia e Finanças | 5 | – | 3 | 1 | 1 |
| Diário Ilustrado | 5 | – | 5 | – | – |
| Jornal Português de Economia & Finanças | 5 | – | 1 | 1 | 3 |
| Mensário Administrativo | 5 | – | – | 5 | – |
| Seara Nova | 5 | – | 1 | 1 | 3 |
| Total | 151 | 3 | 21 | 59 | 69 |

Fontes: BPP, 1951-1971; Guerreiro (1958-1976).

O perfil das publicações é indissociável do público-alvo e dos autores que nelas predominavam. Os responsáveis pelos textos deverão, portanto, justificar uma atenção detalhada. Na secção seguinte, faremos um exame mais profundo da emergência dos economistas no universo intelectual e profissional português nos inícios dos anos 1960.

Antes, porém, podemos adiantar que conseguimos classificar 234 publicações (62%), recorrendo à seguinte tipologia do espaço social de produção: académica, da administração, técnica, católica e política. Destaca-se o primeiro tipo (80), com as restantes a reunirem, cada uma, cerca de meia centena de trabalhos. Também o perfil das publicações, periódicas ou editoras, sugere a preponderância do espaço universitário, mas sem se tratar, longe disse, de um exclusivo.

A atenção que a *Brotéria* e *O Tempo e o Modo* dedicam ao desenvolvimento merece registo. Não são os principais promotores de debate público em torno do problema, mas as suas secções acolhem numerosos contributos sobre o tópico. Se a *Brotéria* é uma revista católica com longa tradição no catolicismo português⁵, *O Tempo e o Modo* constitui uma inovação de 1963, quando um grupo de católicos decide inaugurar um periódico cultural que fosse o resultado do diálogo com não crentes.⁶ Neste caso, até a mera concorrência de perfil e de público-alvo com a *Seara Nova* torna compreensível a dimensão dos artigos sobre desenvolvimento. Já o número de textos que a *Brotéria* dedica ao tema só é compaginável com o seu cariz editorial relativamente a uma significativa prioridade atribuída ao tópico.

Em termos quantitativos, os artigos selecionados nestas duas revistas sugerem que o escasso universo das publicações de matriz católica esteve longe de ser alheio a este processo de inequívoco interesse sobre desenvolvimento económico. Pelo contrário. Promoveu a sua expressão pública e, possivelmente, acentuou-o, tornou-o quase recorrente, independentemente do ângulo adotado ou da matriz analítica utilizada para a discussão. Sem serem publicações especializadas em áreas económicas, contribuíram para a difusão do problema, alargando o seu impacto. As suas implicações e temas associados foram transportados para junto de setores do público que não procuravam, em primeira instância, artigos científicos.

Os intervenientes

Entre os responsáveis pelos textos sobre desenvolvimento que foram recolhidos no período, avultam três grupos sócio-profissionais: engenheiros, juristas e, sobretudo, economistas. Estes últimos justificam um tratamento particular, uma vez que, no final da década de 1950, constituíam um grupo socioprofissional em

⁵ José Hermínio Rico, e José Eduardo Franco, *Fé, ciência, cultura. Brotéria: 100 anos* (Lisboa: Gradiva. 2003).

⁶ Nuno Estêvão Ferreira, «*O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Acção* (1963-1967): repercussões eclesiológicas de uma cultura de diálogo», *Lusitania Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, 4, (1994): 129-294.

processo de consolidação.⁷ Em 1949, é introduzida uma reforma no plano de estudos do ISCEF, com a criação das novas licenciaturas em Economia e Finanças, substituindo os cursos Aduaneiro, Consular, de Comércio e Finanças. Os currículos passavam a ser dominados pelas teorias neoclássicas e keynesianas. Em 1953 era criada a Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Lentamente, as novas gerações de economistas substituíam os antigos comercialistas, ocupando posições no Estado, sobretudo em departamentos orientados para o estudo e o planeamento da economia, assim como nas empresas industriais e de serviços, em setores como cimentos, siderurgia, banca e seguros.

Não foi possível apurar o perfil social e profissional de todos os autores. São vários os pseudónimos, as siglas, as instituições, além de textos não assinados e algum anonimato relativo ou escasso impacto público de certas figuras. Demos também maior atenção aos atores que não se limitaram a um único trabalho e, dessa forma, foi viável a localização de elementos susceptíveis de obter uma caracterização social de um leque alargado de autores.

A formação em Economia domina claramente no universo dos produtores de textos que identificámos com segurança, representando quase o dobro dos cursos jurídicos e de engenharia. Destas áreas, contudo, provêm vários autores que enveredaram pela especialização em Economia, produzindo trabalhos de referência neste campo, incluindo textos de fundo sobre o desenvolvimento. O caso mais notório é Armando de Castro.⁸ A formação académica em Medicina ou em História apenas se verifica em casos muito pontuais.

Entre os economistas é notória uma clara tendência para a concentração. Alfredo de Sousa é autor de onze textos, Manuela Silva de oito, Luís Teixeira Pinto de sete, Francisco Pereira de Moura e Mário Murteira de cinco textos, Rui da Conceição Nunes e Manuel Jacinto Nunes de quatro, Adérito Sedas Nunes de três, João Luís da Costa André, Pinto Barbosa e João Moura de dois. Estes onze economistas são responsáveis pela produção de 53 obras ou artigos em revistas científicas e jornais.

⁷ Carlos Manuel Gonçalves, *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2006.

⁸ Carlos Bastien, «A obra económica de Armando de Castro», *Boletim de Ciências Económicas*, 15, 2002: 1-28.

São igualmente dominantes as funções docentes na academia e, sobretudo, o exercício de cargos políticos. No primeiro caso, verifica-se a responsabilidade por 78 trabalhos e, no segundo, recai a autoria de 97 textos. Estas diferenças entre valores absolutos não correspondem, necessariamente, à densidade concetual e teórica, nem sequer à exaustividade analítica ou ao interesse dos argumentos explorados. No entanto, a relevância ou o impacto não deixa de ser assinalável, pela recorrência e amplitude de circulação de ideias junto de públicos-alvo.

Não deixa de ser extremamente interessante a distribuição de quaisquer tipos de trabalhos sobre desenvolvimento económico entre governantes e deputados ou procuradores à Câmara Corporativa (antes de 1974) e o exercício de funções executivas ou parlamentares já no curso do regime democrático: 50 e 43. Acrescem ainda três obras e um artigo na *Análise Económica* de Manuel Jacinto Nunes, o único caso detetado que foi governante, tanto no salazarismo como na democracia.

Estes dados sugerem a importância do tópico. A preocupação de o colocar no espaço público foi evidente entre académicos, governantes e parlamentares. Se são inegáveis as implicações do problema no âmbito das políticas públicas, o equilíbrio verificado na abordagem do desenvolvimento entre governantes do regime autoritário e o da democracia poderá indiciar a importância da sua colocação na agenda política. Eventualmente até, como fator de recrutamento como decisores nas áreas económicas e financeiras.

Uma outra característica do universo de autores identificados consiste na correlação com o dirigismo católico. São 55 os textos cuja responsabilidade remete para autores situados em diferentes momentos na esfera do catolicismo, com cargos de responsabilidade e liderança de organizações. Alguns dos economistas já referidos acumulam a pertença a organizações católicas, como são os casos de Manuela Silva, Francisco Pereira de Moura, Mário Murteira, Sedas Nunes ou João Luís da Costa André. A estes autores, acrescem Nunes Barata (quatro textos), Sousa Franco, Xavier Pintado (três) ou Miller Guerra (dois).

Na secção anterior, havíamos concluído que o universo católico propiciou meios para a disseminação pública da discussão sobre o desenvolvimento económico. Ainda que escassas, as publicações periódicas formadas de acordo com uma matriz católica eram espaços privilegiados para a publicação de textos sobre aquele

problema. Mas o dirigismo católico também forneceu quadros ou protagonistas para promoverem a disseminação do tópico e para explorarem diferentes dimensões. E não apenas, nem sobretudo, nas publicações oriundas de organizações católicas ou editorialmente desenhadas de acordo com essa marca genética, mas também em revistas de perfil científico especializadas em Economia ou destinadas a agentes económicos.

Em função da recorrência, do fôlego e do impacto dos trabalhos publicados identificámos um pequeno grupo de seis economistas, que tiveram posições de liderança em organismos da Acção Católica (JUC), e que estão, na década de 1960, entre os principais responsáveis pela vulgarização e problematização do desenvolvimento económico como tema de discussão no interior do universo católico: Francisco Pereira de Moura, Valentim Xavier Pintado, Adérito Sedas Nunes, Manuela Silva, Mário Murteira e João Salgueiro. O perfil socioprofissional destes atores possui características próximas entre si, podendo classificá-los como um grupo social, se bem que as articulações verificadas não permitam localizar uma corrente homogénea que atuasse de forma concertada nos planos científico, técnico, muito menos político. Aliás, os posicionamentos que ao longo do tempo adotaram vão assumir evidentes discrepâncias.

Em 1960, aqueles seis economistas tinham entre 26 e 35 anos. Encontravam-se, assim, numa fase de consolidação das respetivas carreiras profissionais. As suas origens remontavam, sobretudo, a Lisboa. Tinham todos estudado no ISCEF, ao longo da década de 1950. Situavam-se, portanto, entre os primeiros economistas com formação universitária completa. A docência no ensino superior seria outro traço comum, com destaque para disciplinas de Economia, no ISCEF e no ISC'TE.

Outro elemento de proximidade entre estes seis economistas seria a direção de unidades de investigação, situadas em distintas esferas. O Gabinete de Investigações Económicas ou o Gabinete de Investigações Sociais estavam integrados no ISCEF. Responsável pela revista *Análise Económica*, o primeiro era dinamizado por Francisco Pereira de Moura. Já o segundo tinha sido concebido por Sedas Nunes, que na prática liderava a instituição que publicava a *Análise Social*, e onde se integraram Mário Murteira e Manuela Silva.

Na esfera da administração pública situavam-se o Centro de Estudos Estatísticos do INE, o Instituto Nacional de Investigação Industrial, o Centro de Estudos Sociais e Corporativos e o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho. Nos gabinetes técnicos, na realização de estudos e na promoção de congressos de organizações económicas, como a Associação Industrial Portuguesa e a Associação Comercial de Lisboa, passaram Pereira de Moura, Xavier Pintado ou Manuela Silva.

A fundação de associações ainda no período ditatorial seria um traço de aproximação, com destaque claro para a Sedes, fundada em 1970 (Fernandes, 2006), mas também para a Pragma (Mário Murteira, em 1964) ou a Deco (Manuela Silva, em 1974).

Ainda durante o salazarismo, exerceriam cargos políticos, de perfil sobretudo técnico. Pereira de Moura, Xavier Pintado e Sedas Nunes seriam procuradores à Câmara Corporativa. João Salgueiro e Xavier Pintado seriam nomeados governantes, durante o marcelismo, em pastas económicas: o primeiro como subsecretário de Estado do Planeamento e o segundo como secretário de Estado do Comércio (Passos, 1991).

As funções políticas, aliás, constituiriam outro traço comum após 1974, no governo ou como deputados, em áreas, partidos, movimentos ou experiências políticas tão díspares quanto o MDP/CDE (Pereira de Moura), o CDS (Xavier Pintado) ou os governos de iniciativa presidencial (Sedas Nunes), para além dos partidos dominantes (PS e PSD).

Quase todos estes seis economistas estariam presentes como conferencistas do II Encontro de Diplomados Católicos (Lisboa, 1963), com intervenções onde o desenvolvimento seria discutido em articulação com os tópicos da mudança social (Sedas Nunes), da repartição do rendimento (Mário Murteira), da distribuição da riqueza (Pereira de Moura), do investimento (Xavier Pintado) ou da esfera de ação dos poderes públicos (João Salgueiro). Verificaram-se ainda comunicações sobre as alterações na vida rural (Eugénio Castro Caldas), problemas do emprego (João Moura), o trabalho na empresa (Henrique de Santa Clara Gomes), problemas fundamentais do desenvolvimento urbano (Luís Cunha).

Promovido pela direção da Liga Universitária Católica (LUC), este encontro sucedia a outro sobre a família (1961) e antecedia evento similar sobre outra questão premente no final dos anos 1960

em Portugal: a emigração (1968). Nos inícios da década de 1960, exerceram funções de direção na LUC figuras que se destacaram nas áreas não só económicas, mas também jurídicas ou das engenharias, como Alfredo de Sousa, João Moura, José Manuel Galvão Teles, Mário Pinto ou Rogério Martins. Não deixa de ser interessante verificar que, por exemplo, o padre António Ribeiro, futuro cardeal-patriarca de Lisboa, exercia o cargo de assistente da organização que promoveu o encontro de 1963.

Na sociedade portuguesa do pós-guerra, o desenvolvimento económico constituiu um tópico de discussão pública de importância crescente. O debate é vasto e as suas origens são complexas. A reconstrução europeia no contexto da Guerra Fria, a constituição de organizações internacionais destinadas à cooperação e a expansão da economia internacional colocaram um pouco por toda a parte o problema do desenvolvimento na ordem do dia. Não apenas na Europa, mas também na América Latina, com articulações, de resto, com instituições, economistas e sociólogos já referidos.⁹

Em 1947 era assinado o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) e foi elaborado o Plano Marshall. No ano seguinte (1948) era instituída a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE; OCDE, em 1961).¹⁰ Em 1951 foi assinado o tratado que permitiu a criação da Comunidade Económica do Carvão e do Aço (CECA) e, em 1957, os Tratados de Roma, com a instituição da Comunidade Económica Europeia (CEE) e Comunidade Europeia de Energia Atómica (Euratom). Em 1960, a Convenção da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA).

Portugal começa por estar à margem destas organizações internacionais. Não está nos Acordos de Bretton Woods (1944), não adere (1946) ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e rejeita o primeiro exercício do Plano Marshall (1948-49). No entanto, aceita os fundos dos exercícios seguintes (1949-52), o que lhe permite ser fundador da OECE e está presente, com a Grã Bretanha, na Convenção de Estocolmo que institui a EFTA

⁹ José Luís Cardoso, «Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento». *Análise Social*, 214 (2015): 26-42.

¹⁰ Maria Fernanda Rollo, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa dos Anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

(1960).¹¹ Membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Portugal apenas tardiamente (1955) é admitido na Organização das Nações Unidas.¹²

É muito por influência destas organizações internacionais, onde a integração de Portugal será controversa, e dos índices e relatórios estatísticos que começam a publicar neste período que o tema do desenvolvimento é introduzido, na década de 1950, na agenda científica do círculo restrito dos economistas portugueses e em algumas esferas da administração pública e da decisão política. Num dos primeiros textos que iremos ter em consideração, Xavier Pintado¹³ explicita os «apelos do exterior», provenientes da ONU e da OECE, sobre o «nosso atraso económico no concerto das nações europeias».

As dimensões do desenvolvimento são exploradas por áreas do saber em processo de afirmação em Portugal. É o caso da Sociologia e da revista *Análise Social*, onde a preocupação incidirá, inicialmente, nos aspetos sociais do desenvolvimento económico¹⁴, dando origem a dois números especiais (1964 e 1969). Nos anos 1960, alarga-se, finalmente, a um público menos especializado e a opinião pública em geral também se depara de forma mais regular com a questão do desenvolvimento.

Este processo é concomitante com a já referida formação universitária em Economia. Ocorre numa ditadura formada no período de entreguerras e numa sociedade situada na periferia da Europa, com uma guerra colonial tardia, uma elevada taxa de analfabetismo e onde os debates públicos eram fortemente condicionados pela polícia política ou, no caso da imprensa, pela censura prévia.

Desde meados da década de 1950, os planos de fomento colocavam na agenda os problemas das infraestruturas, do inves-

¹¹ Nicolau Andresen Leitão, *Estado Novo, Democracia e Europa, 1947-1986*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

¹² Fernando Martins, «Portugal e a Organização das Nações Unidas. Uma História de Política Externa e Ultramarina Portuguesa no Pós-Guerra (Agosto de 1941-Setembro de 1968)» (dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995).

¹³ Xavier Pintado, «O esforço de desenvolvimento económico em Portugal e nos países da Europa meridional», *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 33, (1958): 7.

¹⁴ Raúl da Silva Pereira, «Adérito Sedas Nunes: no final do século», *Análise Social*, 125-126 (1994): 5-8.

timento, do planeamento, do crescimento e da distribuição de rendimento, tanto em Portugal continental, como nas colónias em África. Se a lei de reconstituição económica (1945) visava o processo de industrialização numa lógica de substituição das importações e o investimento em infra-estruturas, os planos de fomento reforçavam a aposta na indústria. Mas os planos de fomento também permitiam tornear um cerco a estudos académicos em torno do desenvolvimento, uma vez que, na expressão de José Manuel Rollo em entrevista da Mário Murteira¹⁵, «a palavra ‘fomento’, afinal, escondia a temática do ‘desenvolvimento’.»

No final da década de 1950, a abertura da economia ao exterior é discutida entre dois polos, o império colonial ou a Europa, com um modelo virado para as exportações e onde as relações com o velho continente viriam a prevalecer de forma algo lenta e com resistências. Se o I Plano de Fomento (1953-1958) ainda não podia ser considerado um plano de desenvolvimento assente numa visão de conjunto e numa estratégia coerente, mas, acima de tudo um conjunto de investimentos na lógica da política de infraestruturas da lei de 1945, o Plano Intercalar (1965-1967) já assentava numa metodologia mais consistente, contendo uma perspetiva global da economia e da repartição do rendimento.¹⁶

A guerra nos territórios coloniais em África constitui um marco neste processo de expansão da economia. Por um lado, reforçou a posição da corrente interessada na integração económica do Império em detrimento da Europa. Por outro, acelerou a divulgação dos tópicos do investimento e do desenvolvimento. Subitamente, o regime surgia interessado no desenvolvimento dos territórios coloniais, na criação de infraestruturas e na melhoria das condições de vida.

Entre 1951 e 1970, os jornais nacionais, as publicações regionais, as revistas científicas e também as editoras manifestam uma crescente abertura a textos sobre o desenvolvimento económico. Sob a forma de crónica, coluna de opinião, conferência ou artigo académico, temas como a categorização dos países como

¹⁵ Mário Murteira, «Entrevista a José Manuel Rollo», *Análise Social*, 200 (2011): 567.

¹⁶ José Maria Brandão Brito, «Estado Novo: discursos e estratégias de uma industrialização tardia», in: *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, coords. Manuel Heitor, José Maria Brandão Brito e Maria Fernanda Rollo, vol. I (Lisboa: Dom Quixote, 2004), 129-153.

«desenvolvidos» ou «subdesenvolvidos», o ritmo do crescimento, a distribuição dos rendimentos, a posição da agricultura e da indústria na expansão económica ou o desenvolvimento regional são explorados de forma mais intensa no final da década de 1960.

O campo editorial e o periodismo caracterizam-se, na década de 1960, por uma crescente diversificação e uma procura de modelos inovadores, do ponto de vista gráfico, dos temas e dos autores portugueses ou traduzidos.¹⁷ Surgem novas editoras, como Prelo, Estampa, Presença, Afrontamento, Dom Quixote, Selecções do Reader's Digest. As obras lançadas no mercado mostram novos géneros, com a aposta no ensaísmo e nos temas de discussão urgente, com o foco na realidade portuguesa e na relação estreita com debates e controvérsias estabelecidos em circuitos nem sempre tão restritos. As primeiras edições aumentam no período: 1788, em 1946; 2657, em 1950; 5373, em 1955; e 6339 em 1960.

No periodismo também se operam alterações. Surgem novas revistas culturais, como *Colóquio* (Lisboa, 1959-1971), *Poemas Livres* (Coimbra, 1962-1968), *Jornal de Letras e Artes* (Lisboa, Azevedo Martins, 1961-1970) ou *O Tempo e o Modo* (Lisboa, 1963-1977). Algumas especializadas em áreas muito específicas, como o teatro (*Boletim de Arte do CITAC*, Coimbra, 1961-1969) ou o Cinema (*Cinéfilo*, Lisboa, 1928-1984, ou *Celulóide*, Lisboa, 1957-1986). A Fundação Gulbenkian abre em 1956, no mesmo ano em que é lançado o *Diário Ilustrado*; no ano seguinte, a RTP dá início às emissões regulares.

Os anos 1950 são igualmente palco para novas revistas académicas.¹⁸ São os casos da *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos* (Lisboa, 1949-1961), *Boletim de Ciências Económicas* (Coimbra, 1952-), *Análise Económica* (Lisboa, 1956-1959) e *Análise Social* (Lisboa, 1963-). São igualmente produzidos periódicos especializados em órgãos da Administração, caso de *Estudos Sociais e Corporativos* (Lisboa, 1962-1973), cujos novos departamentos também são responsáveis pelo lançamento de obras de divulgação no mercado editorial: Junta de Acção Social (1956), Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (1962).

¹⁷ Nuno Medeiros, *Edição e Editores Portugueses: o Mundo do Livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

¹⁸ Bastien, Carlos, «Revistas económicas», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 9 (Lisboa: Figueirinhas, 2000), 242-244.

Persistindo como uma área restrita e destinada a um público especializado, a economia está longe de completamente ausente dos jornais nacionais. A ciência económica e o periodismo em geral procuram áreas de fronteira, como a história, a sociologia ou a arquitectura. O debate sobre o desenvolvimento estimula o alargamento a áreas próximas, como o urbanismo, a demografia, a geografia ou o ensino. O planeamento das cidades por via do processo de industrialização, a distribuição da população no espaço, a emigração, o emprego, a formação de técnicos ou a universidade.

No universo católico, as discussões sobre o conceito de desenvolvimento, as condições estruturais do desenvolvimento económico, incluindo o sistema político, os entraves e as assimetrias observadas é anterior à publicação da *Populorum Progressio* (1967). No ensino pontifício, trata-se de um tópico introduzido em 1961, com a *Mater et Magistra*, consolidado em 1965, com a *Gaudium et Spes*, e, finalmente, explanado de forma mais detalhada em 1967, por Paulo VI.¹⁹ Desde início dos anos 1960 que, em alguns círculos do catolicismo português, o desenvolvimento económico era abordado em conferências isoladas ou em colóquios ou cursos mais alargados no tempo e com maior número de participantes. No final da década, algum periodismo católico explora o tema de forma bem mais intensa.

Como observámos, estes debates são introduzidos por uma geração de católicos formados na Acção Católica logo após o final da II Guerra e que, desde o final da década de 1950, assumem, a par da docência no ensino superior, algumas posições de liderança na administração, nomeadamente em órgãos de apoio à decisão política, como sejam a conceção e a planificação de medidas de política económica. Já no marcelismo e no período de transição democrática, a mesma geração exercerá cargos políticos nas áreas da economia e das políticas sociais.

Seguindo os textos de preparação e os resumos das intervenções no já referido II Encontro dos Diplomados Católicos, é perceptível como o debate em torno do desenvolvimento económico constituiu um grande tema composto por múltiplos tópicos: a distribuição da riqueza gerada pelo crescimento económico,

¹⁹ José Luis Gutiérrez García, *Conceptos Fundamentales en la Doctrina Social de la Iglesia*. Madrid: Centro de Estudios Sociales del Valle de los Caídos, 1971.

o papel do Estado na economia, o investimento produtivo, as infraestruturas, a industrialização, a reforma agrária, o direito de propriedade, a propriedade privada, os direitos do trabalho, a negociação colectiva, a proteção social, o trabalho feminino, o desemprego, a educação, as universidades, as migrações para os grandes centros urbanos, a desertificação do interior, a planificação das cidades. Os autores das conferências proferidas eram provenientes do dirigismo católico e, como referimos, possuíam posições de destaque entre os economistas que vinham discutindo publicamente o problema do desenvolvimento.

O desenvolvimento era, portanto, um tema vasto ou um agregado de problemas. Observar a situação, proceder à sua avaliação e introduzir transformações eram os pontos fulcrais dos discursos produzidos pela elite católica que discutia o desenvolvimento. No fundo, estava em causa a reforma das estruturas sociais e políticas.

O tipo de debate

Para representarmos algumas das dimensões características do debate sobre o desenvolvimento económico, recorreremos a um conjunto de textos seleccionados entre aqueles que foram produzidos por atores já identificados. Sem pretendermos uma observação exaustiva da discussão, visamos apenas demarcar algumas das linhas estruturais de uma ampla discussão.

Num dos primeiros textos assinados por um dos membros da geração de católicos que se destacaram na abordagem do problema do desenvolvimento, Xavier Pintado²⁰ é bastante incisivo quando classifica o «atraso económico» de Portugal no quadro europeu: «são factos que a ninguém hoje já deixam dúvidas». Acrescenta tratar-se de uma «necessidade imperiosa» desencadear «um sério esforço no sentido de remover os obstáculos à aceleração do ritmo de crescimento da economia portuguesa».

Se para Xavier Pintado era inequívoca a associação entre desenvolvimento e crescimento económico, também era clara a percepção de que se verificavam impedimentos estruturais que justificam o diagnóstico de um atraso em termos comparativos com a

²⁰ Pintado, *O Esforço...*, 7-9.

Europa avançada. Contudo, e continuando a seguir a lógica discursiva deste autor, era recente entre os especialistas e os responsáveis uma noção mais precisa dos factos.

Em Portugal, os técnicos, os agentes económicos e os decisores políticos mantiveram-se «mais ou menos inconscientes da gravidade da situação», apesar dos já referidos «apelos» externos, emitidos pelas entidades internacionais, e também dos «apelos» internos que tinham sido efetuados. Entre os atores que haviam chamado a atenção para este tipo de problemas, destaca os trabalhos e as intervenções públicas efetuadas por Ferreira Dias, Araújo Correia, Armando de Castro, Francisco Pereira de Moura, Teixeira Pinto e Jacinto Nunes.

Contudo, a receção aos trabalhos destes autores não tinha sido a melhor. Especialistas, governantes e público em geral não tinham dado continuidade àquele tipo de apelos internos. A reduzida ou quase nula incorporação daquelas propostas no discurso político não se devia aos currículos ou à capacidade de argumentação e de decisão dos autores de trabalhos devidamente sustentados. O tipo de impacto devera-se, antes, aos recetores: «fomos por algum tempo ainda surdos».²¹

Portanto, o tema do atraso da economia portuguesa estava, no final da década de 1950, a merecer, finalmente, algum tratamento nos estudos e nas propostas oficiais. Da agenda científica de alguns académicos e de figuras isoladas com passagens pela esfera do poder político, passara a ter lugar entre as prioridades dos governantes e dos gabinetes técnicos dos organismos públicos. Chamando a atenção para um importante trabalho de Pereira de Moura (1956), Xavier Pintado expunha um ensaio comparativo entre a economia portuguesa e as economias da Europa do Sul (Espanha, Itália do Sul, Grécia, Turquia e Jugoslávia).

Se do ponto de vista formal não incluimos no universo de títulos recolhidos o referido trabalho de Francisco Pereira de Moura (1956), o objeto central, o cariz pioneiro, a relevância do autor e o impacto obtido justificam, contudo, a ponderação de alguns dos seus argumentos. Sem entrar nos pontos fulcrais do estudo, como a demonstração de equívocos em relevante publicação sob a égide do Presidência do Conselho (1956), nem sequer nas dificuldades de transposição da análise para outras publicações

²¹ Pintado, *O Esforço...*, 7.

especializadas²², sublinhamos o foco colocado na compatibilização entre as finalidades do crescimento e outro tipo de objetivos políticos, assim como algumas das implicações doutrinárias das políticas de desenvolvimento.

Assim, segundo Pereira de Moura²³, o objetivo das políticas de crescimento económico nunca poderia ser «só o crescimento e todo o crescimento». Essa via seria redutora, quiçá contraproducente. Pela positiva, as políticas de crescimento teriam de incluir entre os seus objetivos «a extinção de situações de desigualdade», «o sacrifício não demasiado da geração presente», «a independência da pessoa humana perante o Estado» ou «a protecção da família». Os fins a alcançar passariam por «construir uma sociedade mais apropriada à realização dos homens», com «mais justiça social e o respeito pela pessoa humana», ao invés de ficarem limitadas ao aumento do rendimento ou à subida do nível de vida. Como consequência, aquelas dimensões teriam também de ser incorporadas na análise crítica dos processos de crescimento.

Na viragem da década, Francisco Pereira de Moura²⁴ conclui o seu trabalho de doutoramento. Entre os títulos que registámos como fazendo uso, no título, da expressão «desenvolvimento económico», trata-se de uma das obras de maior fôlego. Na prova académica do docente do ISCEF, a questão central reside na localização dos investimentos industriais. No texto, eram discutidas as vantagens que, para as empresas e para a economia nacional, resultavam da concentração ou aglomeração, assim como a complexidade dos problemas colocados no plano do equilíbrio regional.

Pouco tempo depois, Pereira de Moura acentuava a referência de Xavier Pintado sobre as «resistências» à noção de desenvolvimento e a morosidade da sua aceitação entre os círculos do poder. Acrescentava, contudo, que também a urgência da planificação demorara a ser aceite pelos grupos dominantes, até porque eram notórias todas as suas implicações sobre a estrutura da sociedade.

Se o desenvolvimento económico se tornava inexorável, a questão deslocava-se para a relação a estabelecer entre as elites culturais, políticas e económicas e as consequências sobre as

²² Murteira, *Entrevista...*, 567.

²³ Francisco Pereira de Moura, «Estagnação ou crescimento da economia portuguesa», *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 26 (1956): 163-165.

²⁴ Francisco Pereira de Moura, «Localização das Indústrias e Desenvolvimento Económico» (tese de doutoramento, Lisboa, 1960).

suas posições de classe. Assim sendo, era aberta, para Pereira de Moura²⁵, uma dupla possibilidade. Ou os grupos dominantes aceitavam as mutações e as perdas de privilégios e poder como «exigências sociais do desenvolvimento» ou, em alternativa, o processo de crescimento ficaria «entravado», dando espaço para «transformações violentas», não «inspiradas pelos valores cristãos de respeito pela pessoa humana». Ficava evidente o rumo que, para o autor, teria menos custos sociais, políticos e, claro, económicos.

Se estes autores difundiam os seus trabalhos em publicações académicas, Manuela Silva recorria, em 1961, a uma revista produzida por uma organização de empresários, a Associação Industrial Portuguesa, e direcionada aos agentes económicos para apresentar as potencialidades do desenvolvimento comunitário. Com base em três casos (Aspères, no sul de França; Borgo-a-Mozzano, na Toscana; região na Sardenha), a aplicação deste tipo de técnica era observada na ótica do desenvolvimento económico de comunidades rurais tradicionais, com a vantagem de não implicar investimentos financeiros avultados. Manuela Silva²⁶ defendia que o desenvolvimento comunitário permitia, ainda, «um estado de espírito favorável ao progresso dum mentalidade mais consentânea com as exigências da produtividade.» Esta via seria objeto de múltiplos trabalhos e de nível diferenciado, situados entre a divulgação, os casos concretos e a explicação detalhada das suas diferentes fases e possibilidades de aplicação.

Tendo como tema o desenvolvimento económico, o Encontro de Diplomados Católicos de 1963 seria, como já referimos, a ocasião propícia para alguns destes autores discutirem com um público mais alargado diferentes linhas que vinham expondo no universo académico e no das associações de agentes económicos. Em entrevista a jornal de potenciais participantes, um membro da comissão executiva do evento dava como consensuais os objetivos de políticas económicas direcionadas para um rápido crescimento e uma melhoria do nível de vida da população. Para os católicos, os tópicos passíveis de debate situavam-se no plano dos efeitos a evitar e das garantias a obter no que às finalidades principais dizia respeito.

²⁵ Moura, *Problemas...*, 243-244.

²⁶ Maria Manuela Silva, «Experiências de desenvolvimento de áreas rurais atrasadas», *Indústria Portuguesa*, 406 (1961): 556.

Nessa entrevista, Miguel Ascensão²⁷ referia os desequilíbrios sociais, regionais e setoriais, decorrentes das transferências de mão de obra, o desemprego e fases de desordenamento do território como consequências de um processo de desenvolvimento e que requeriam atenção particular por parte dos especialistas e decisores. Era imperioso evitar este tipo de impacto ou, pelo menos, minimizar os seus efeitos. Sublinhava, também, a necessidade de compatibilizar crescimento económico com equipamentos sociais e culturais básicos. E acrescentava, ainda, a importância de garantir que as políticas de desenvolvimento implicariam justa repartição de rendimentos, igualdade de oportunidades, promoção social e profissional dos trabalhadores, reforma da empresa, revisão do sistema de acesso à educação ou a valorização das profissões técnicas.

O encontro seria composto por um conjunto de conferências, contando com cerca de 1000 participantes.²⁸ Num texto programático e que visava a preparação dos interessados em torno dos problemas centrais a discutir,²⁹ era considerada «inaceitável uma atitude passiva em fase de uma situação de subdesenvolvimento», enquanto esta se traduzisse, para a maioria da população, em «condições materiais abaixo do razoável (deficiências na alimentação, no vestuário, na habitação)».

Prosseguindo com a lógica de mobilização e formação dos potenciais participantes neste encontro sobre as perspetivas cristãs do desenvolvimento económico, o texto programático apontava para a necessidade de investimentos em meios produtivos, requerendo financiamento e rigorosa planificação. Eram apresentados setores estratégicos, como as infraestruturas de comunicações e transportes e as novas indústrias, e expostas as necessidades de reformas na orgânica dos poderes públicos, na regulamentação do direito de propriedade, para além «do aparecimento de mentalidades apropriadas nos vários estratos sociais».

²⁷ Miguel Ascensão, «Entrevista ao jornal *Juventude Operária*», *Boletim da LUC*, 12 (1962): 10-13.

²⁸ *Novidades*, 15-20 de maio de 1963.

²⁹ LUC, «Perspetivas cristãs do desenvolvimento económico. Fundamentos e delimitação do tema», *Boletim da LUC*, 1962.

Ainda numa lógica preparação deste encontro, Francisco Pereira de Moura³⁰ e Adérito Sedas Nunes³¹ apresentariam dois textos. O primeiro seria extremamente incisivo na formulação de questões em torno do desenvolvimento e que se destinavam a ser debatidas no universo católico. Por seu turno, Sedas Nunes viria a enunciar as condições socioculturais de que dependia o desenvolvimento económico.

Segundo Pereira de Moura³², «a insistência no direito natural da propriedade privada tem sobretudo servido nos últimos anos, em Portugal, a impedir o acesso à propriedade pela generalidade das pessoas». No plano da propriedade rural, industrial e urbana, aquela visão traduzia-se da seguinte forma: «não se divide o latifúndio porque... é de direito natural; não se reforma a empresa industrial parece que pelo mesmo motivo; tem-se cuidado com desvelo do direito natural dos construtores e proprietários de prédios, bem como dos donos dos terrenos para construção.» Considerando que o «objetivo da política económica e social» deverá ser «a difusão da propriedade», formulava um conjunto de perguntas particularmente incisivas:

estarão os católicos portugueses preparados intelectual e socialmente para defender um programa [...] comportando: – a construção em massa, de habitações – o que somente será possível aceitando novas formas urbanísticas e arquitectónicas e removendo os actuais esquemas de financiamento capitalista, mesmo quando é capitalismo da Previdência? – a defesa e o auxílio à pequena e média empresa, tornando-a eficiente e progressiva, designadamente na agricultura onde são menores as economias de escala? – a reforma das empresas, pela passagem progressiva da propriedade a todos quantos nelas trabalham? Estaremos dispostos a isto – e mais ao controle de grandes empresas e grupos, para evitar sobreposição dos interesses individuais ao bem comum?³³

Com implicações nas concepções sobre a posição do Estado na economia, Francisco Pereira de Moura³⁴ advogava ainda diferentes

³⁰ Francisco Pereira de Moura, «A utilização da riqueza», *Boletim da LUC*, 17 (1963): 8-11.

³¹ Adérito Sedas Nunes, «A perspectiva sociocultural do desenvolvimento», *Boletim da LUC*, 16 (1963): 2-19.

³² Moura, *A utilização...*, 10.

³³ *Ibid.*

³⁴ *Id.*, *ibid.*, 10-11.

vantagens, verificadas em estudos e testadas em experiências recentes, nas «intervenções directas do Estado para conseguir plena utilização da capacidade, orientação dos consumos e aceleração do investimento privado [...], para acelerar a acumulação através do sector público e para difundir socialmente os benefícios que são a justificação do desenvolvimento.» Ainda neste domínio, concluía com a questão anterior: «estaremos nós, católicos portugueses, dispostos a aceitar tão profunda transformação do nosso problema económico?»

Num longo texto, Sedas Nunes³⁵ sublinharia a dependência do desenvolvimento económico relativamente às condições socio-culturais, sem deixar de notar a «causalidade circular» entre os dois termos do problema. O ponto de partida seria o exemplo clássico da Grã-Bretanha, enquanto espaço para o *take-off* do desenvolvimento moderno, com base em condições económicas, sociais, culturais e institucionais particularmente propícias. Depois de enunciar obstáculos ao desenvolvimento nos países e regiões de economia estagnada, Sedas Nunes expunha um conjunto de sugestões para uma estratégia sociocultural do desenvolvimento nos seguintes planos: educação, sociedade rural, organização do Estado, organização social e, finalmente, pensamento e investigação.

Mário Murteira³⁶ chamava a atenção para um problema específico: a «penúria» de técnicos especializados nas matérias de desenvolvimento, tanto em Portugal como, em geral, nos países subdesenvolvidos. Esta situação possuía uma primeira e evidente causa: o nível de maturação do conhecimento científico naquela área. A Economia não era uma ciência recente, mas a teoria do desenvolvimento ainda não alcançara o grau de sedimentação suscetível de transmitir conhecimentos adquiridos aos técnicos ou executores de políticas e de processos de aplicação. Por outro lado, verificava-se uma crescente especialização nestes domínios, em torno de áreas muito específicas, como fossem o planeamento regional ou a avaliação de projetos.

Como anteriormente referimos, João Salgueiro e Xavier Pintado seriam nomeados governantes durante o marcelismo, assu-

³⁵ Nunes, *A Perspetiva...*, 3.

³⁶ Mário Murteira, «A formação de técnicos em desenvolvimento económico», *Análise Social*, 4 (1963): 617.

mindando funções em pastas estratégicas. Ao ser nomeado, em 1969, subsecretário de Estado do Planeamento, João Salgueiro possuía, entre os seus trabalhos, análises e posições sobre, por exemplo, o desenvolvimento económico das colónias em África (1959).

Empossado na mesma remodelação de Caetano, Rogério Martins, dirigente da LUC por ocasião do II Encontro de Diplomados Católicos, faz o seu primeiro discurso como secretário de Estado da Indústria no 120.º aniversário da Associação Industrial Portuense. Na ocasião, valoriza a representatividade dos «corpos intermédios» nas «sociedades pluralistas», resultantes da transformação operada pelo desenvolvimento económico e social nas sociedades tradicionais.³⁷ O mesmo governante expressaria a sua matriz de antigo dirigente católico ao citar Paulo VI sobre a promoção humana: «o desenvolvimento é o novo nome da paz».³⁸

Conclusão

O objetivo último que perpassa o debate sobre o desenvolvimento económico nos anos 1960 em Portugal residiu na introdução de reformas económicas, sociais e políticas. Os três planos possuem articulação entre si. Sedas Nunes³⁹ sublinhou isso mesmo: os membros da sua geração «queriam que a sociedade mudasse por se desenvolver e para se desenvolver». O desenvolvimento não era um objetivo fechado, mas visava «o progresso e a justiça social».

Num regime ditatorial, o desenvolvimento era a discussão possível sobre o atraso económico e os obstáculos ao progresso, comportando uma visão sobre a sociedade e com implicações sobre a organização política. A aproximação a padrões de vida europeus requeria alterações na estrutura social, nas posições de classe e nas relações de poder. A política económica, as áreas estratégicas para os investimentos público e privado, as concessões de crédito são indissociáveis da divisão do trabalho, das políticas de emprego, da proteção social, das condições de habitação, das redes de transportes e da organização do Estado, dos poderes públicos e da administração pública. O desenho de políticas públicas orientadas para o

³⁷ Rogério Martins, *Caminhos de País Novo*. Lisboa: Gris, 1970, 13.

³⁸ Martins, *Caminhos...*, 141.

³⁹ Nunes, *Histórias...*, 52.

desenvolvimento justificava reformas nos centros de decisão, na organização do poder político, na articulação entre o Estado e a sociedade. Desenvolver comportava uma visão sobre o regime e uma estratégia reformista.

Este tipo de problemas foi objeto, desde meados de 1950 e sobretudo na década de 1960, de um debate público de intensidade crescente nos centros de investigação da academia, de organismos oficiais ou da sociedade civil. As organizações católicas, a universidade, alguns departamentos estatais e certas associações forneceram múltiplos recursos para a disseminação daqueles tópicos, a amplificação do interesse na sua compreensão ou a difusão da sua análise crítica, com base em diferentes registos. De forma particular, o dirigismo católico formou, naquele período, uma geração altamente qualificada para compreender, discutir e decidir em matéria de desenvolvimento.

Em 1974, a transição democrática em Portugal processar-se-á sob o signo de um programa organizado em torno dos célebres três D – Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. A geração que identificámos preparou-se, ao longo de duas décadas, para um processo de democratização e, mesmo sem uma estratégia coerente de grupo, possuía, na década de 1970, o perfil necessário para ocupar posições-chave na esfera da decisão política e na administração.

Bibliografia

Obras

- Amaral, João Ferreira do. «Desenvolvimento económico», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 509-518, 7. Lisboa: Figueirinhas, 1999.
- Ascensão, Miguel. «Entrevista ao jornal Juventude Operária». *Boletim da LUC*, 12 (1962): 10-13.
- Bastien, Carlos. «Revistas económicas», in *Dicionário de história de Portugal*, 9, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 242-244. Lisboa: Figueirinhas, 2000.
- Bastien, Carlos. «A obra económica de Armando de Castro». *Boletim de Ciências Económicas*, 15 (2002): 1-28.

O catolicismo português e o debate sobre o desenvolvimento económico

- Brito, José Maria Brandão. «Estado Novo: discursos e estratégias de uma industrialização tardia», in *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão Brito e Maria Fernanda Rollo, 129-153, vol. I. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- Cardoso, José Luís. «Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento». *Análise Social*, 214 (2015): 26-42.
- Fernandes, Tiago. *Nem Ditadura, nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*. Lisboa: Assembleia da República; Dom Quixote, 2006.
- Ferreira, Nuno Estêvão. «O Tempo e o Modo. Revista de pensamento e acção (1963-1967): repercussões eclesiológicas de uma cultura de diálogo». *Lusitania Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, 4, (1994): 129-294.
- García, José Luis Gutiérrez. *Conceptos Fundamentales en la Doctrina Social de la Iglesia*. Madrid: Centro de Estudios Sociales del Valle de los Caídos, 1971.
- Gonçalves, Carlos Manuel. *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2006.
- Guerreiro, Amaro B., coord. *Bibliografia sobre a Economia Portuguesa. 1948-1972*. Lisboa: Centro de Estudos Económicos, 1958-1976.
- Leitão, Nicolau Andresen. *Estado Novo, Democracia e Europa, 1947-1986*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- LUC. «Perspectivas cristãs do desenvolvimento económico. Fundamentos e delimitação do tema». *Boletim da LUC*, 1962.
- Martins, Fernando. «Portugal e a Organização das Nações Unidas. Uma história de Política Externa e Ultramarina Portuguesa no Pós-Guerra (Agosto de 1941-Setembro de 1968)», (dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995).
- Martins, Rogério. *Caminhos de País Novo*. Lisboa: Gris, 1970.
- Medeiros, Nuno. *Edição e Editores Portugueses: o Mundo do Livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- Moura, Francisco Pereira de. «Estagnação ou crescimento da economia portuguesa». *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 26 (1956): 119-189.
- Moura, Francisco Pereira de. «Localização das Indústrias e Desenvolvimento Económico» (tese de doutoramento, Lisboa, 1960).
- Moura, Francisco Pereira de. *Problemas Fundamentais da Economia*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1962.
- Moura, Francisco Pereira de. «A utilização da riqueza». *Boletim da LUC*, 17 (1963): 8-11.
- Murteira, Mário. «A formação de técnicos em desenvolvimento económico». *Análise Social*, 4 (1963): 617-622.
- Murteira, Mário. «Entrevista a José Manuel Rollo». *Análise Social*, 200 (2011): 564-573.
- Nunes, Adérito Sedas. «A perspetiva socio-cultural do desenvolvimento». *Boletim da LUC*, 16 (1963): 2-19.
- Nunes, Adérito Sedas. «Histórias, uma história e a História. Sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal». *Análise Social*, 100 (1988): 11-55.
- Passos, Marcelino Lyra. «Resistências e desfasamentos num processo de modernização e desenvolvimento. Os reformadores no governo de Marcello Caetano». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 10 (1991): 21-42.

Igrejas e Ditaduras no Mundo Lusófono

- Pereira, Raúl da Silva. «Adérito Sedas Nunes: no final do século». *Análise Social*, 125-126 (1994): 5-8.
- Pintado, Xavier. «O esforço de desenvolvimento económico em Portugal e nos países da Europa meridional». *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 33 (1958): 7-72.
- Presidência do Conselho. *Contribuição para o Estudo do Programa de Desenvolvimento Económico a Efectuar no Sexénio 1959-1964*. Lisboa: INE, 1956.
- Rico, José Hermínio, e José Eduardo Franco. *Fé, Ciência, Cultura. Brotéria: 100 Anos*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- Rollo, Maria Fernanda. *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa dos Anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.
- Salgueiro, João. *Política de Investimentos nos Territórios do Ultramar*. Separata de Ciências Políticas e Sociais. Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 1959.
- Silva, Maria Manuela. «Experiências de desenvolvimento de áreas rurais atrasadas». *Indústria Portuguesa*, 406 (1961): 553-556.

Periódicos

- Boletim da LUC*, 1960-1964.
- Boletim de Bibliografia Portuguesa* [BPP], 1951-1971.
- Jornal do Comércio*, 1965.
- Novidades*, 1963.
- Perspectivas*, 1961-1965.